

ESTADO DE MATO GROSSO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

LEI N.º 054 / 98

DISPÕE SOBRE O REGIME DE  
CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS PÚBLICOS DE  
ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO  
SANITÁRIO NO MUNICÍPIO DE NOVA  
LACERDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Excelentíssimo Senhor **MARCOS MORENO DE ASSIS**, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

## CAPÍTULO I

### Das Disposições Preliminares

**Art. 1º** - A concessão dos serviços de Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário rege-se-a pelo artigo 175 da Constituição Federal, pela Lei Orgânica Municipal, pelas normas gerais que disciplinam o regime de concessão dos serviços públicos, por esta Lei e pelas disposições do edital de licitação e respectivo contrato de concessão.

**Art. 2º** - Para fins desta Lei, considera-se:

I - Poder concedente, o Município de Nova Lacerda, titular do Serviço Público objeto desta Lei;

II - Concessão dos serviços de Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário, a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, a outras entidades públicas ou privadas, consórcios de empresas que demonstrem capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco, precedidas ou não da execução total ou parcial de obra pública, reforma ou melhoramento da estrutura existente;

III - Serviços de abastecimento de água, as atividades de captação de água bruta, a adubação, reservação tratamento e a distribuição de água tratada para consumo público;

IV - Serviço de Esgoto Sanitário, as atividades de coleta de resíduos líquidos por meios de tubos e condutos, transportes, tratamento aproveitamento e lançamento final, bem como outras soluções alternativas.

**Art. 3º** - A concessão dos serviços públicos de abastecimento de água e esgoto sanitário, precedida ou não da execução de obra pública, será formalizado mediante contrato nos termos dos artigos 175 e 37 - XXI da Constituição Federal, da Lei Orgânica Municipal, desta Lei, das demais normas pertinentes e do Edital e Licitação.

**Art. 4º** - A concessão dos serviços públicos de abastecimento de água e esgoto sanitário, impõe a justa remuneração do capital da concessionária e importa em permanente fiscalização do poder concedente, representado pelo poder executivo municipal.

**Art. 5º** - O poder concedente publicará, previamente ao edital de licitação, ato justificando a conveniência da outorga de concessão, caracterizando seu objeto, área e prazo.

## **CAPÍTULO II**

### **Dos Serviços Adequados**

**Art. 6º** - A concessão a que se refere esta lei, pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido na legislação pertinente e no respectivo contrato.

§ 1º - Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, atualidade, universalidade na sua prestação e modicidade das tarifas;

§ 2º - A atualidade do serviço concedido, compreende a modernidade dos equipamentos e instalações, bem como a sua ampliação na medida das necessidades dos usuários, atendidos os padrões contratuais estabelecidos e a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro do contrato.

§ 3º - Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situações de emergência ou após prévio aviso quando:

- I) Motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e,
- II) Por inadimplemento do usuário.

## **CAPÍTULO III**

### **Dos Direitos e Obrigações dos Usuários**

**Art. 7º** - Sem prejuízo do disposto na Lei 8.078/90 (Código do Consumidor) são direitos e obrigações dos usuários:

- I - Receber o serviço adequado;
- II - Receber do poder concedente e da concessionária informações para defesa de interesses individuais e coletivos;
- III - Levar ao conhecimento do Poder Público e da concessionária as irregularidades que tenham conhecimento referente ao serviço prestado;



IV - Comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela concessionária na prestação dos serviços;

V - Contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos, através dos quais lhes são prestados os serviços.

## CAPÍTULO IV

### Das Atribuições do Poder Concedente Municipal

**Art. 8º** - São atribuições do Poder Concedente:

I - regulamentar o serviço e fiscalizar permanentemente a sua prestação;

II - aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

III - intervir na prestação do serviço, nos casos previsto nesta lei;

IV - extinguir a concessão, nos casos previsto em lei e na forma prevista no contrato;

V - retomar a prestação do serviço, nos casos previsto nesta lei;

VI - homologar, reajustar e proceder a revisão das tarifas na forma da lei e do contrato;

VII - cumprir e fazer cumprir as condições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;

VIII - zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar as queixas e reclamações dos usuários;

IX - declarar de utilidade pública os bens necessários à execução do serviço ou obras públicas, promovendo as desapropriações diretamente ou mediante outorga de poderes à concessionária, caso em que será desta a responsabilidade pelas indenizações cabíveis;

X - delegar à concessionária ou poder de polícia no que se refere a fiscalização e imposição de penalidades, segundo as normas que regulamentam as condições de higiene e salubridade;

XI - fiscalizar e fazer cumprir todas as normas que visem garantir o padrão e qualidade da água servida a população, bem como a preservação do meio ambiente.

**Art. 9º** - No exercício da fiscalização, o Poder concedente terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da concessionária.

§ único - a fiscalização dos serviços, será feita por órgão técnico do Poder Concedente, ou por entidade pública ou privada com ele conveniada.

## CAPÍTULO V

### Das Atribuições da Concessionária

**Art. 10** - São atribuições a Concessionária:

I - prestar serviço adequado na forma prevista nesta Lei, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato;

II - prestar contas da gestão do serviço ao Poder Concedente e aos Órgãos de Fiscalização, previsto nesta Lei e nos termos do Contrato;

- III - manter o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão;
- IV - cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;
- V - permitir o livre acesso da fiscalização às obras, aos equipamentos e às instalações integrantes dos serviços, bem como aos seus registros contábeis;
- VI - promover desapropriações e constituir servidões autorizadas pelo poder concedente, conforme previsto no Edital e no Contrato;
- VII - zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação de serviços;
- VIII - fiscalizar e aplicar penalidades, conforme delegação do Poder Concedente;
- IX - captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação dos serviços;

## **CAPÍTULO VI**

### **Da Política Tarifária**

**Art. 11** - A remuneração da concessionária deverá ser assegurada pela cobrança de tarifas.

§ único - a tarifa inicial emergirá da proposta vencedora da licitação e será preservada pelas regras de revisão previstas nesta lei, no edital ou no contrato.

**Art. 12** - A política tarifária sempre será definida, objetivando atender as exigências de manutenção e operacionalização dos serviços e a justa remuneração do capital.

§ 1º - justa remuneração do capital é o resultado da multiplicação da taxa de remuneração autorizada no contrato pelo investimento realizado, o qual, será composto de :

- I - imobilização técnicas: valores corrigidos monetariamente dos bens e instalações que concorram para a prestação dos serviços;
- II - ativo diferido: valores corrigidos monetariamente das despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício;
- III - capital de movimento: bens numéricos e depósitos livres, créditos de contas a receber de usuários, estoques de materiais para operação e manutenção.

§ 2º - do somatórios dos itens I, II e III do parágrafo anterior, serão deduzidas as depreciações e as amortizações acumuladas de despesa de instalação e de organização, além dos auxílios para obras.

**Art. 13** - O cálculo da tarifa deverá orientar - se pelo custo efetivo dos serviços, garantida a remuneração do investimento realizado.

§ único - o custo dos serviços compreende:

- I - as despesas de exploração;
- II - as quotas de depreciação, provisão para devedores e amortização de despesas;
- III - a remuneração do investimento.



**Art. 14** - As despesas de exploração são aquelas necessárias à prestação dos serviços pela Concessionária, abrangendo as despesas de operação e manutenção, as despesas comerciais, administrativas e fiscais, excluída a provisão para imposto de renda.

**Art. 15** - As quotas de depreciação, provisão para devedores e amortizações de despesas correspondem, respectivamente, às depreciações dos bens vinculados ao imobilizado em operação, à provisão para devedores duvidosos e às amortizações de despesas de instalação e organização.

**Art. 16** - O contrato de concessão deverá prever mecanismo de revisões de tarifas, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico financeiro originalmente existente.

§ 1º - sempre que houver defasagem superior a 10% (dez por cento) no valor da tarifa, devidamente demonstrada em planilha própria, poderá a Concessionária requerer ao poder Concedente a sua revisão;

§ 2º - o contrato de concessão deverá prever o índice de reajuste das tarifas e a sua respectiva data base.

**Art. 17** - Sempre que forem atendidas as condições do contrato, considera-se mantido seu equilíbrio econômico financeiro.

§ 1º - ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, quando comprovado o seu impacto, implicará na revisão da tarifa, para mais ou menos, conforme for o caso;

§ 2º - ocorrendo alteração do contrato que afete o seu equilíbrio econômico - financeiro, o poder concedente deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração.

**Art. 18** - As tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.

**Art. 19** - O cálculo de custo será efetuado com base em planilha elaborada pela concessionária e aprovada pelo órgão ou entidade a que se vincule o serviço.

§ 1º - as planilhas de custos deverão conter os parâmetros, os coeficientes técnicos e metodologia de cálculo, usualmente aceitos, em função do tipo de serviço delegado.

§ 2º - sempre que as circunstâncias recomendem, as planilhas de custo serão objeto de parecer de consultoria independente.

**Art. 20** - É vedado ao Poder Concedente estabelecer privilégio tarifário que beneficie segmentos específicos de usuários do serviço concedido.

**Art. 21** - No atendimento às peculiaridades de cada serviço a que se refere esta Lei, poderá o poder Concedente prever no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas e a viabilização da concessão.

f



§ único - as fontes de receitas previstas neste artigo serão obrigatoriamente consideradas para a aferição do inicial equilíbrio econômico - financeiro do contrato.

## CAPÍTULO VII

### Da Licitação

**Art. 22** - A concessão da Prestação de Serviço de Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário do Município de Nova Lacerda, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.

**Art. 23** - No julgamento das propostas, poderão ser adotados os seguintes critérios:

- I - menor valor da tarifa;
- II - a maior oferta, nos casos de pagamento pela outorga da concessão;
- III - a combinação dos critérios referidos no incisos I e II deste artigo;
- IV - melhor proposta técnica, com preço fixado no edital;
- V - melhor proposta em razão da combinação dos critérios de menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado com o de melhor técnica;
- VI - melhor proposta em razão da combinação dos critérios de maior oferta pela outorga da concessão com o de melhor técnica;
- VII - melhor oferta de pagamento pela outorga após qualificação de propostas técnicas;
- VIII - o menor prazo de concessão, que não poderá ser superior a 360 meses.

§ 1º - a aplicação do critério previsto no inciso III, só será estabelecida quando previamente estabelecida no edital de licitação, inclusive com regras e fórmulas precisas para avaliação econômico - financeira.

§ 2º - para fins de aplicação do disposto nos incisos IV, V, VI e VII deste artigo, o edital de licitação conterà parâmetros e exigências para formulação de propostas técnica.

**Art. 24** - Observadas as regras do procedimento licitatório, poderá o poder concedente, pré - qualificar as empresas com vistas a uma análise mais detida das suas qualificações técnicas e econômicas, principalmente quanto à avaliação da qualidade dos serviços e técnicas a serem empregadas na administração do sistema ou na execução das obras, se for o caso.

**Art. 25** - O edital de licitação será elaborado pelo poder concedente, observado, no que couber, os critérios e as normas gerais da legislação própria sobre licitações e concessões públicas.

**Art. 26** - Quando permitida, na licitação, a participação de empresas em consórcio, observar-se-ão as seguintes normas:

- I - comprovação do compromisso, público ou particular, de constituição de consórcio, subscrito pelas consorciadas;
- II - indicação da empresa responsável pelo consórcio;



§ 1º - o licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e registro do consórcio, nos termos do inciso I deste artigo.

§ 2º - a empresa líder do consórcio é a responsável perante o poder concedente pelo cumprimento do contrato de concessão, sem prejuízo da responsabilidade solidária das demais consorciadas.

**Art. 27** - Sem prejuízo das responsabilidades a que se refere esta lei, o edital e o contrato, poderá a concessionária constituir uma empresa específica para administração e gerenciamento do sistema de abastecimento de água e esgoto sanitário, mediante anuência do poder concedente.

**Art. 28** - Os estudos, investigações, levantamentos, projetos obras e despesas ou investimentos já efetuados, vinculados à concessão, de utilidade para a licitação, realizados pelo poder concedente ou com a sua autorização, estarão à disposição dos interessados, devendo o vencedor da licitação ressarcir os dispêndios correspondentes, especificados no edital.

## CAPÍTULO VIII

### Do Contrato de Concessão

**Art. 29** - São cláusulas essenciais do contrato de concessão as relativas:

- I - ao objeto, à área e ao prazo da concessão;
- II - ao modo, forma e condições de prestação de serviços;
- III - aos critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade dos serviços;
- IV - aos custos dos serviços e critérios para a revisão de tarifas;
- V - aos direitos, garantias e obrigações do poder concedente e da concessionária, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futuras alterações e expansões dos serviços e consequentemente modernização e ampliação dos equipamentos e das instalações;
- VI - aos direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização dos serviços;
- VII - à forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e práticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-la;
- VIII - às penalidades contratuais e administrativas a que se sujeitam a concessionária e sua forma de aplicação;
- IX - aos casos de extinção de concessão;
- X - aos bens reversíveis;
- XI - aos critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas à concessionária, quando for o caso;
- XII - às condições para prorrogação do contrato;
- XIII - à obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas da concessionária ao poder concedente;
- XIV - à exigência da publicação de demonstrações financeiras periódicas da concessionária; e
- XV - ao foro e ao modo amigável de solução das divergências contratuais.

f

§ Único - o contrato relativo à concessão do serviço, quando precedido da execução total ou parcial de obras públicas vinculadas à concessão, deverá estipular o cronograma físico-financeiro de execução das mesmas, assim como exigir garantias do seu fiel cumprimento pela concessionária.

**Art. 30** - Nos contratos de financiamentos, a concessionária poderá oferecer em garantia os direitos emergentes da concessão, até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação do serviço concedido.

## CAPÍTULO IX

### Da Intervenção

**Art. 31** - Sempre que o contrato não estiver sendo cumprido, o poder concedente poderá intervir na concessão com o fim de assegurar a adequação na prestação dos serviços, bem como fiel cumprimento das normas contratuais e legais pertinentes.

§ Único - a intervenção far-se-á por decreto do poder concedente que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.

**Art. 32** - Declarada a intervenção, o poder concedente deverá no prazo de 30 (trinta) dias, instaurar o procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o amplo direito de defesa.

§ 1º - Se ficar comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais, será declarada a sua nulidade, devendo o serviço ser imediatamente devolvido à concessionária, sem prejuízo de seu direito a indenização;

§ 2º - o procedimento administrativo a que se refere o caput deste artigo deverá ser concluído no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de considerar-se inválida a intervenção, aplicando-se o disposto no parágrafo anterior.

**Art. 33** - Cessada a intervenção, se não for extinta a concessão, a administração do serviço será devolvida à concessionária precedida de contas pelo interventor, que responderá pelos atos de sua gestão.

## CAPÍTULO X

### Da Extinção da Concessão

**Art. 34** - Extingue-se a concessão por:

- I - advento do termo contratual;
- II - encampação ou resgate;
- III - rescisão;
- IV - caducidade;
- V - anulação; e
- VI - falência ou extinção da empresa concessionária.



§ 1º - extinta a concessão retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos à concessionária previstos no edital e estabelecido no contrato.

§ 2º - extinta a concessão, haverá a imediata assunção do serviço pelo poder concedente, procedendo-se os levantamentos, avaliações e liquidações necessárias.

§ 3º - a assunção dos serviços autoriza a ocupação das instalações e a utilização, pelo poder concedente, de todos os bens reversíveis.

§ 4º - nos casos previstos nos incisos I e II deste artigo, o poder concedente, antecipando-se a extinção da concessão, procederá os levantamentos e avaliações necessárias à determinação dos montantes da indenização que será devida a concessionária na forma dos artigos 34 e 35 desta lei.

**Art. 35** - A reversão do advento do termo contratual far-se-á com indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

**Art. 36** - Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente, durante o prazo de concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior.

**Art. 37** - A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, à aplicação das sanções contratuais, declaração de caducidade ou a rescisão unilateral da concessão, respeitadas as disposições deste artigo e as normas convencionadas entre as partes.

§ 1º - a caducidade da concessão poderá ser declarada pelo poder concedente quando:

I - o serviço estiver sendo prestado de forma comprovadamente inadequado ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade dos serviços;

II - a concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido;

III - a concessionária descumprir reiteradamente cláusulas contratuais ou dispositivos legais e regulamentares concernentes à concessão;

IV - a concessionária, sem justa causa, paralisar os serviços ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de casos fortuitos ou força maior;

§ 2º - a declaração da caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação da inadimplência da concessionária em processo administrativo, realizado por comissão de que participe um representante da concessionária, assegurado o direito de ampla defesa.





**Art. 38** - O contrato também poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, mediante a ação judicial especialmente intentada para esse fim, proferida a decisão pelo poder judiciário.

**Art. 39** - A rescisão bilateral por acordo, será precedida de justificação do poder concedente, que indique a conveniência do distrito, devendo o instrumento de rescisão conter regras detalhadas sobre composição patrimonial, decorrente da antecipação do término da concessão que produzirá efeito após a aprovação da Câmara Municipal.

## CAPÍTULO XI

### Das Disposições Finais

**Art. 40** - As obras provenientes da implantação e expansão do Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário do município de Nova Lacerda, assim como a ocupação do solo ou subsolo urbano para tal finalidade, não serão objeto de tributação municipal, durante a vigência do contrato de concessão.

**Art. 41** - O poder concedente poderá assumir em parceria com a concessionária a execução de obras visando a melhoria e a ampliação dos serviços;

**Art. 42** - Para fins do artigo anterior, o poder concedente instituirá, através de lei, o Fundo Municipal de Saneamento, cuja finalidade será fornecer recursos necessários às ações conjuntas.

**Art. 43** - A lei que institui o Fundo Municipal de Saneamento, disporá, entre outra normas, sobre as relativas às fontes de recursos, formas de aplicação dos recursos e gestão do fundo.

**Art. 44** - O poder concedente mediante convênio com o Estado e outros Municípios, disciplinará a sua participação na prestação de serviços públicos e interesses regionais.

**Art. 45** - Os bens existentes e os investimentos futuros efetuados pelos poder público ou qualquer outro convênio sem ônus para a concessionária, incorporará o patrimônio do município, ficando em regime de comodata.

§ 1º - todos os bens descritos no caput do presente artigo, retornarão ao concedente em caso de extinção da concessão, não fazendo jus à concessionária, qualquer indenização;

§ 2º - todos os bens incorporados no presente convênio por conta e recurso exclusivo da concessionária, serão indenizáveis, caso haja extinção da concessão antes do término do prazo, sem culpa da mesma.

**Art. 46** - Todo investimento por conta exclusiva da concessionária, deverá ter avaliação prévia e concordância expressa da concedente.



**Art. 47** - O município poderá retomar, sem indenização, os serviços concedidos, desde que executados em desconformidade com esta lei, ou que se revelarem insuficiente para o atendimento dos usuários.

**Art. 48** - O processo de licitação será efetivado com base nesta Lei, na Lei 8.666/93 e na Lei das Concessões Públicas.

**Art. 49** - Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

**Art. 50** - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Nova Lacerda - MT, em 24 de Novembro de 1998.



**MARCOS MORENO DE ASSIS**  
*Prefeito Municipal*